

Ingressei no Ensino Superior, e agora? Percepção discente relativa às políticas de assistência estudantil

Wandilson Alisson Silva Lima¹

Larissa Milena Sousa Alves²

Danilo Crisóstomo da Silva Canela³

276

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a percepção dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos a partir das políticas de assistência estudantil no ensino superior do Instituto Federal do Sertão Pernambucano. A natureza metodológica da pesquisa é descritiva-exploratória, com o caráter dos dados quantitativos e qualitativos. Foi realizado um estudo de caso único no Instituto, por meio de análise dos documentos institucionais, aplicação de 154 questionários e 19 entrevistas semiestruturadas. Analisou-se que os principais desafios inerentes às políticas de assistência ao discente estão centrados em: infraestrutura, pessoal, comunicação, ausência de planejamento, acompanhamento e fiscalização. A existência dos auxílios nas diversas áreas, que apesar de contribuir com as despesas acadêmicas, para a maioria ainda é insuficiente. Espera-se que os principais resultados desta pesquisa contribuam positivamente nas ações das políticas de assistência estudantil, visando torná-las mais efetivas.

Palavras-chave: assistência estudantil; ensino superior; políticas públicas.

¹ Doutorando e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Administrador do Instituto Federal do Sertão PE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5430-477X>. E-mail: wandilson900@live.com.

² Graduanda em Licenciatura em Computação pelo Instituto Federal do Sertão PE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4675-904X>. E-mail: larissamilenasalves@gmail.com.

³ Mestre em Dinâmicas de desenvolvimento do Semiárido, Especialista em gestão pública e Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2335-1711>. E-mail: danilocrisostomo@gmail.com.

1. Introdução

O direito à educação, historicamente, sempre foi mencionado nas constituições brasileiras e outros marcos legais da área, com destaque a dois fatores emblemáticos, a saber: Constituição Federal de 1988 – CF/1988 e Lei de Diretrizes e Bases – LDB da Educação. A primeira determina a educação como um direito social de todos e dever do Estado, ressaltando o amparo ao ensino superior (BRASIL, 1988). A segunda, a Lei nº 9.394/1996, versa que as oportunidades para o acesso e a permanência do estudante sejam de maneira isonômica (BRASIL, 1996).

A criação do Decreto de Lei nº 6.096/2007 estabeleceu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, cujo objetivo descrito no artigo 1º foi o de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007a). Embora o aspecto da permanência dos universitários tenha sido mencionado, o REUNI, até aquele momento, enfatizava apenas a questão da ampliação ao ingresso dos estudantes no Ensino Superior. A Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que visou auxiliar os discentes universitários no âmbito federal e atenuar os contrastes regionais e sociais (BRASIL, 2007b). Porém, o governo federal brasileiro criou o Decreto 7.234/2010 que expandiu o PNAES, com a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010). Esse programa é uma das políticas públicas que viabiliza a igualdade de oportunidades entre os estudantes, focando combater situações de repetência e evasão.

Neste contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF SERTÃO PE foi criado através da Lei nº 11.892/2008, por meio da mudança do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina – CEFET Petrolina para Instituto Federal (BRASIL, 2008). Além da educação básica e profissional, o IF SERTÃO PE é uma instituição de ensino superior com oferta regular de cursos em tecnologias, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações.

O PNAES atende de modo prioritário os discentes com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo ou oriundos da rede pública de educação básica

(BRASIL, 2010). De acordo com o Relatório Anual da Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil do IF SERTÃO PE, foram atendidos 103.611 estudantes e concedidos 4.392 auxílios (IF SERTÃO PE, 2018). Conforme dados demonstrados no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023, a evasão é um dos principais problemas da Instituição, agravada pelo fato da renda familiar per capita dos estudantes, em que 13% estão abaixo de 0,5 salário mínimo, 59% entre 0,5 e 1 salário mínimo, e 9% de 1 até 1,5 salário mínimo (IF SERTÃO PE, 2019a).

As políticas que visam a permanência estudantil no ensino superior gratuito possuem um valor público, contribuem para que pessoas com vulnerabilidade socioeconômica possam seguir o percurso formativo, promovendo mais inclusão social, já que ingressar no ensino superior é o início do processo de graduação e dos desafios a ele atrelados. Neste contexto, estudos demonstram a necessidade de pesquisas na área de políticas públicas de assistência ao discente voltada para permanência, devido a democratização do Ensino Superior, ocorrida pela expansão das IFES nos últimos anos (TAUFICK, 2014; IMPERATORI, 2017; LIMA; MENDES, 2020).

278

Notou-se a ausência de estudos científicos nas bases de dados de periódicos acadêmicos da CAPES, SciELO, SPELL e ProQuest que comprovem essa percepção das políticas sob a ótica do estudante até o presente momento, sobretudo que investiguem como esse fenômeno se dá no âmbito do IF SERTÃO PE. Estudos de Weiss (1998), Rossi, Lipsey e Freeman (2004), Secchi (2013) e Jannuzzi (2016) apontaram a imprescindibilidade de incluir destinatários finais nas análises de políticas e programas públicos. Assim, essa temática pode ser estudada cientificamente, visando clarificar os principais desafios e problemas enfrentados pelos atores sociais, sobretudo sob o ponto de vista do público-alvo dessas políticas, que são os estudantes.

Nesse horizonte, por intermédio da execução deste estudo, buscou-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: *Qual a percepção dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que são atendidos pelas políticas de assistência estudantil no ensino superior do IF SERTÃO PE?* Assim, o objetivo deste artigo foi analisar a percepção dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica atendidos a partir das políticas de assistência estudantil no ensino superior do IF SERTÃO PE.

2. Políticas Públicas e Assistência Estudantil

As políticas públicas são definidas como ações realizadas pelo Estado de forma direta ou indireta com a finalidade de atender anseios e resolver problemas sociais (GUBA; LINCOLN, 2011). O problema público se torna o condicionante para atribuir o caráter de uma política pública, evidenciando a intenção de responder às demandas da sociedade, independentemente do ator social que a executa (SECCHI, 2013).

Avançando, vale frisar que inexistente unicidade ou uma melhor forma de definir política pública, Dye (1984) sumariza tal conceito, de forma clássica, como o que o governo opta por “fazer ou não fazer”. Contribuindo com o debate, Souza (2006, p. 27) aponta políticas públicas como sendo o “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. De acordo com Denhardt (2012) os especialistas explicam que as políticas públicas resultam da atividade governamental, e por essa razão, sentem que a formulação e a implementação são fundamentais para o processo político.

Vale notar que, as políticas públicas nem sempre trazem os resultados esperados, pois somente garantir o acesso a todos aos serviços públicos ofertados não significa que estes tenham a devida qualidade e, que efetivamente, os usuários terão seus direitos respeitados (SETUBAL, 2012). A análise de políticas públicas (*policy analysis*) visualiza além dos resultados, envolvendo a ação propriamente e o funcionamento da política na prática, perpassando a formulação, e compreendendo ainda a implementação e a avaliação (FARAH, 2016). Assim, as discussões de investigações teóricas e empíricas dessa temática podem encontrar os mais diversos impactos decorrentes das ações implementadas e das consequências dessas políticas para os atores sociais envolvidos.

Para o desenvolvimento social de qualquer nação é necessário considerar a educação como elemento norteador para uma sociedade que almeja evoluir de maneira econômica, humana, estrutural e crítica (LIMA; FERREIRA, 2016), o que leva a crer que as políticas educacionais são de grande valia para a transformação social, logo, é preciso refletir que se “políticas públicas” é tudo aquilo que um

governo faz ou deixa de fazer, como propõe Dye (1984), “políticas públicas educacionais” é, portanto, tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação (OLIVEIRA, 2010), sendo relevante compreender o contexto em que são elaboradas, especialmente aquelas que são de cunho social e visam promover inclusão das pessoas menos favorecidas.

No que tange ao trajeto histórico brasileiro das políticas de assistência estudantil com foco na permanência dos estudantes no nível superior, é possível elencar três fases distintas. A primeira fase foi marcada pela formalização dessas políticas no Brasil, onde as ações de promoção da assistência aos estudantes ocorreram concomitantemente à materialização das primeiras universidades brasileiras, durante a Era Vargas no século XX. Posteriormente, na segunda fase, com o auge da redemocratização brasileira dos anos 1980, houve a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE para articular ações comuns na área de assistência estudantil. Com a aprovação do PNAES em 2007, instituído mais tarde em 2010, designou-se a terceira fase com o processo de estruturação destas políticas de assistência a nível nacional (KOWALSKI, 2012). Embora o PNAES não seja o único mecanismo de permanência dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica, proporciona uma reconfiguração das políticas de assistência e integra a estrutura organizacional e orçamentária das IFES.

280

De acordo com o FONAPRACE, a política de Assistência Estudantil foi definida não só sob o ponto de vista do conjunto de princípios e diretrizes que orientam a implantação de ações e programas para garantir o acesso dos estudantes das IFES, mas também, sobre a permanência e a conclusão de curso de graduação “na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FONAPRACE, 2012, p. 63). É notório que as políticas públicas devem ser desenvolvidas e implementadas efetivamente, de modo que os discentes em vulnerabilidade social estejam em condições de permanecer na universidade (LIMA; DAVEL, 2017; IMPERATORI, 2017).

Com o surgimento do FONAPRACE e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, a assistência estudantil passou a ganhar maior visibilidade, por essas instituições proporem a defesa da

política de proteção social para os discentes de educação pública federal do Brasil, estimulando que estudantes sem melhores condições financeiras pudessem ingressar nas IFES e concluir a formação, amparados por medidas em determinadas áreas. Foi através de movimentos sociais que a assistência estudantil conseguiu tornar-se uma política de Governo, com abrangência de acesso e medidas de permanência no ensino superior, ainda permeadas por dificuldades na sua implementação e avaliação (VASCONCELOS, 2010; IMPERATORI, 2017).

Segundo Lima e Davel (2017) o PNAES é uma política pública de assistência estudantil que possui expressivos investimentos governamentais com vistas à permanência dos discentes e, por isso, precisa mapear os desafios enfrentados pelos atores sociais. Dentre os quais, Lima e Mendes (2020) ressaltam a relevância desses beneficiários finais da política, que são os estudantes das instituições públicas federais. Borsato e Alves (2015) afirmam que a política de assistência estudantil, embora esteja presente em nível nacional, ainda apresenta desafios complexos devido às ações serem implementadas de maneira desordenada, buscando solucionar os problemas pontuais diante de circunstâncias que ocorrem em cada contexto.

281

Corroborar-se que a política de assistência tem o foco na busca pela permanência do estudante durante a graduação com êxito, sendo um elemento fundamental na vida acadêmica dos discentes socioeconomicamente vulneráveis, concepção que vai de encontro às ideias de Vargas (2011), quando considera que as políticas de permanência são, também, um meio de diminuição das desigualdades sociais, haja vista que esse tipo de suporte permite aos “egressos de classes populares obter mobilidade educacional e também ascender socialmente em comparação com suas famílias de origem” (VARGAS, 2011, p.159-160). Deste modo, os programas relacionados à gestão das políticas de assistência estudantil devem perpassar a questão do enfrentamento da pobreza além das condições de subsistência financeira, podendo analisar outras vertentes da vulnerabilidade social como fatores familiares, culturais, sexuais, étnicos, entre outros (ASSIS *et al.*, 2013).

De acordo com Taufick (2014), ao investigar a assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, principalmente permeada e financiada pelo PNAES, identificou que existe uma necessidade de analisar as especificidades dos Institutos mediante a diversidade de fatores influenciadores

com relação aos benefícios concedidos aos discentes-alvos das políticas.

3. Metodologia

Quanto ao objetivo e finalidade, a presente investigação foi definida como descritiva-exploratória, opção que proporcionou praticidade e uma nova visão do problema social focalizado, conforme perspectiva de Gil (2017), no que pese a abordagem exploratória permitir demonstrar o problema de maneira mais clara para o pesquisador e maior aproximação do ambiente; ao mesmo tempo em que a descritiva apresenta características do grupo de uma determinada população ou qualquer fato que se considere.

Quanto à natureza do caráter dos dados da pesquisa, os enfoques são delineados como misto entre qualitativo e quantitativo. Pode-se afirmar que a multipluralidade de abordagens faz parte deste estudo, corroborando com Creswell e Plano Clark (2013), essa combinação de métodos pode colaborar para compreender melhor a problemática pesquisada.

282

Inicialmente foi realizada uma revisão teórica para a construção do arcabouço, que foi pautada na temática das políticas públicas por meio de livros, artigos científicos e revistas sobre a temática. Optou-se também por uma pesquisa documental, tanto no âmbito das políticas e programas governamentais quanto nos documentos da instituição estudada, por meio de relatórios de gestão, normas, apresentações e informações existentes acerca da permanência estudantil. Essas informações compuseram os dados secundários desta investigação.

A pesquisa foi realizada no IF SERTÃO PE, delineada como um estudo de caso único. Conforme Yin (2015), este tipo de estratégia é adequado quando se tem análise de um fato contemporâneo dentro de um contexto real, no qual está sendo realizada determinada investigação. Atualmente, o Instituto conta com 05 *campi* e oferta regularmente a modalidade de ensino superior (bacharelado, licenciatura e tecnologia).

Tanto os dados primários quanto os secundários foram oriundos de múltiplas fontes de pesquisa (entrevistas, questionários e documentos), articulados e complementares entre si, a fim de examinar e extrair todos os elementos

pertinentes à verificação. Os questionários e as entrevistas foram realizados com discentes matriculados na modalidade de ensino superior, atendidos pela Assistência Estudantil - AE do IF SERTÃO PE.

Para o quantitativo de questionários foi considerado um universo total de 2.121 alunos matriculados em 2016 de acordo com o Departamento de Controle Acadêmico – DCA do Instituto. Como cerca de 95% dos estudantes da instituição estão em situação de vulnerabilidade econômica, utilizou-se 2.020 como número de elementos da população (N) no cálculo da amostra⁴. A especificação do erro amostral deve ser feita sob um enfoque probabilístico, pois, por maior que seja a amostra, existe sempre o risco de o sorteio gerar uma amostra com características bem diferentes da população de onde ela está sendo extraída.

Em relação aos procedimentos usados para estimar diversos parâmetros, especialmente proporções ou percentagens de ocorrência de determinados atributos, utiliza-se a fórmula para o cálculo do tamanho mínimo da amostra com população finita (BARBETTA, 2014), conforme a Figura 1 abaixo:

283

Figura 1 – Fórmulas para Cálculo do Tamanho da Amostra

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$
$$n = \frac{N.n_0}{N + n_0}$$

n: tamanho (número de elementos) da amostra

N: tamanho (número de elementos da população)

n₀: primeira aproximação para o tamanho da amostra

E₀: erro amostral tolerável

Fonte: Barbetta (2014).

Adotou-se nesta pesquisa, margem de erro tolerável de 7%, número limite segundo a literatura. Nesse caso, levando em consideração o máximo erro tolerável, com o nível de confiança de 95%, resultou-se no número de 179 elementos. Conforme os dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Ensino e os

⁴ Considerou-se esse total fornecido pelo Departamento de Controle Acadêmico do Instituto para efeitos de cálculo de amostra quando a pesquisa foi delineada.

Relatórios de Gestão do IF Sertão-PE, a evasão entre 2014 e 2018 esteve um pouco superior a 20%. Então, o número de elementos diante das características apresentadas seria a partir de 143.

O questionário para o levantamento das informações dos estudantes em vulnerabilidade social foi disponibilizado pelo *Google Forms* aleatoriamente apenas aos discentes de nível superior do Instituto (bacharelado, licenciatura e tecnologia), de modo que se obteve o maior número de respostas possíveis, durante 4 meses em 2018. A quantidade de questionários foi de 154 respostas devidamente validadas, o que tornou o estudo representativo para dar consistência e validade ao presente esboço.

A realização das entrevistas ocorreu de maneira formal, individual, presencial (*in loco*, nos *campi* dos estudantes) e/ou virtual (via telefone e/ou videoconferência), nas quais foram gravadas e posteriormente transcritas. É válido recordar que a coleta de dados presencial foi feita em período pré-pandemia da Covid-19, o que justifica a ausência de protocolos de segurança para proteção dos sujeitos da pesquisa. A escolha dos respondentes foi vinculada à disponibilidade dos membros que estivessem hábeis a fornecer informações e conhecimentos sobre o impacto das políticas públicas educacionais objetivando identificar as práticas para permanência estudantil na vida acadêmica. A maioria dos entrevistados era representante estudantil do curso/turma eleito legalmente (democraticamente) pelos demais alunos da Instituição. As gravações dos áudios duraram entre 26 e 41 minutos em média. Visando garantir a confidencialidade e anonimato dos atores envolvidos no estudo, criaram-se códigos na análise e discussões, denominados “D” para discente e “C” para o Campus que é vinculado.

Os resultados da pesquisa se deram conforme o objetivo, concentrados na percepção dos discentes em relação às (1) finalidades e (2) desafios e propostas acerca das políticas de assistência estudantil do IF SERTÃO PE. Portanto, esses achados foram agrupados por temas com aproximação semântica consoante análise de conteúdo trazida por Bardin (2016), categorizadas empiricamente pelas seguintes unidades temáticas: a) conhecimento dos discentes acerca da assistência estudantil; b) percepção dos discentes sobre a suficiência das políticas de assistência estudantil; c) percepção dos discentes quanto a (in)suficiência dos valores subsidiados por auxílios e bolsas; d) grau de permanência dos discentes

na instituição diante das políticas de assistência estudantil.

Para garantir os aspectos éticos da pesquisa, todos os entrevistados estiveram cientes do objetivo do estudo como também dos meios de divulgação dos resultados mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. A pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética do IF SERTÃO PE, possuindo registro de número CAAE: 68386917.0.0000.8052 na Plataforma Brasil.

4. Resultados e Discussão

As principais políticas de assistência estudantil se dão por meio dos Programas de Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia, Auxílio Material Didático, Residência Estudantil, Restaurante Universitário, Bolsa Permanência e Auxílio Atleta. Os pesquisados são discentes dos Cursos de Tecnologia em Alimentos, Licenciatura em Química, Licenciatura em Música, Licenciatura em Física, Licenciatura em Computação, Agronomia, Viticultura e Enologia, Gestão de T.I e Sistemas para Internet, ofertados pelo Instituto.

285

Na estruturação desta seção, iniciou-se a análise de dados, descrevendo a maneira pela qual os estudantes pesquisados percebem a finalidade das políticas de AE e, posteriormente, os desafios e as propostas de melhorias consideradas pelos referidos discentes.

4.1. Percepção em relação às finalidades das Políticas de Assistência Estudantil do IF SERTÃO PE

As ações assistenciais aos discentes são desenvolvidas por intermédio dos programas inseridos na política de assistência estudantil do IF SERTÃO PE, regulamentadas pelo PNAES, com o objetivo de propiciar aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica o acesso e a permanência no ensino superior. A expectativa das políticas é de contribuir para que esses atores sociais tenham condições de se manter no curso de graduação, com melhores desempenhos acadêmicos, evitando assim situações de evasão e trancamento.

A finalidade das políticas de assistência é a de auxiliar os discentes durante

sua formação, uma vez que os programas além de visar a permanência, contribuem para o enfrentamento das dificuldades econômicas de modo que não interfiram na sua trajetória acadêmica (VASCONCELOS, 2010; VARGAS, 2011; IMPERATORI, 2017). Dessa forma, foi possível perceber que a maioria dos envolvidos na pesquisa compreende a assistência estudantil como mecanismo efetivo de permanência no decorrer do ensino superior.

Um fator primordial de impacto dessas ações é a frequência nas aulas e a participação ativa nas atividades desenvolvidas na instituição. As respostas dos entrevistados explicitam a relevância das políticas de AE para além de seu percurso pedagógico, envolvendo também uma importância para a vida pessoal, como visto a seguir:

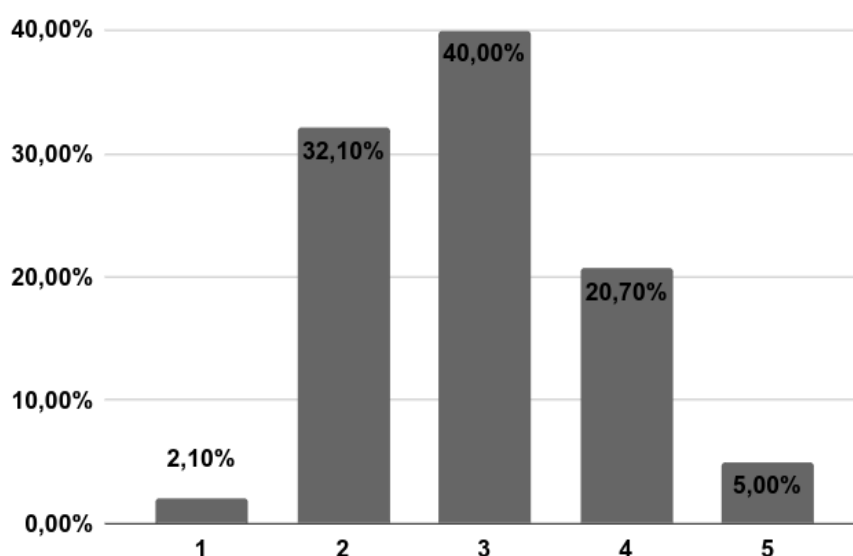
Auxiliar os alunos que possuem dificuldades de acesso ao ensino, para impedir que aqueles que possuem dificuldades não desistam, muitos alunos saem da casa dos seus pais para vir para Petrolina estudar, porém não são todos que tem condições de custear suas despesas, deixando assim para seus pais a obrigação de arcar com essas despesas. O auxílio ajuda muito os alunos com essa questão de despesas durante os estudos. (D1 - C1).

Meu Campus é muito novo, mas as políticas de permanência têm sido de total importância para que algumas pessoas permaneçam no curso, porque a maioria das pessoas que ingressam nos cursos são pessoas que vem de fora, e muitas vezes não tem condições de se manter na cidade e diversas outras coisas, então elas precisam dessas políticas para que elas possam se manter no curso. (D2 - C2).

As políticas de fato permitem que muitos alunos tenham acesso, inclusive eu que sou um deles, e muitos outros que eu conheço aqui. A gente sabe que a característica é que se não tiver aquele recurso, por mais que a gente sabe que é auxílio, às vezes ele não vem apenas para auxiliar, mas para fomentar, então se não houver, infelizmente muitos deixam de ter acesso. (D3 - C3).

Em relação ao nível de conhecimento acerca da política de AE que é desenvolvida nos *campi* do IF SERTÃO PE, 40% dos discentes afirmaram que possuem nível de conhecimento regular sobre questões de AE, 20,7% pouco e 5% nenhum, enquanto apenas 2,1% julgam elevado e 32,1% suficiente, como pode ser percebido no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Nível de conhecimento sobre AE



Nota: 1- Elevado; 2- Suficiente; 3- Regular; 4- Pouco e; 5- Nenhum.

Fonte: Elaboração própria (2018) com base nos dados do questionário.

O gráfico acima ressalta a magnitude de disseminar dentro da instituição a existência da política de AE e a sua finalidade, uma vez demonstrado que a maioria (65,7%) dos discentes têm conhecimento de regular a nenhum. Destarte, depreende-se que os estudantes tenham conhecimentos dos mecanismos existentes que contribuam para a permanência destes, assim como possam participar ativamente da implementação da política, para que os problemas identificados sejam sanados por meio das demandas do público-alvo, como recomendam Lima e Davel (2017). A partir dos extratos das entrevistas e dos resultados dos questionários, a importância da política de AE é evidenciada, para aqueles que, devido a sua condição social e econômica ser vulnerável, a inserção no ensino superior seria talvez impossibilitada devido esse fator.

Desse modo, as políticas voltadas para a permanência e êxito durante formação acadêmica dos discentes se alinham com o direito à educação, uma vez que na instituição em questão, a política estudantil de assistência está pautada em programas universais, programas específicos e programa de apoio a pessoas com necessidades específicas. (Programa de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil – Documento Interno do IF SERTÃO-PE, [s.d.]). As ações implementadas nesses âmbitos, destinam-se aos alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais do IF SERTÃO PE, porém são destinadas prioritariamente, aos

estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

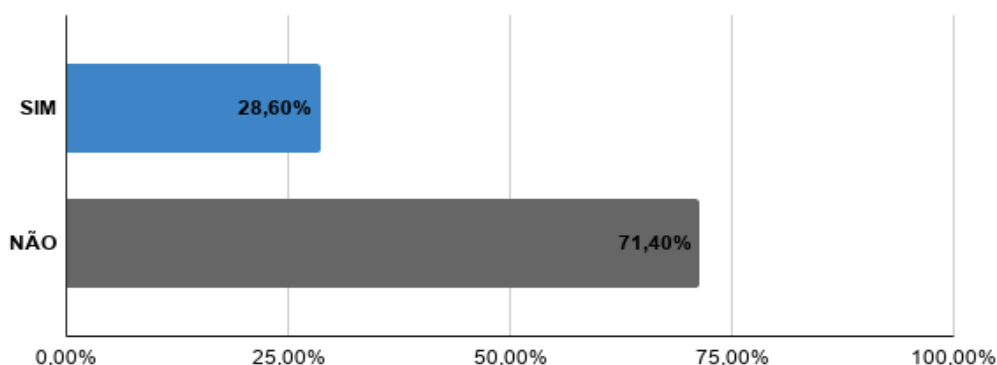
É possível perceber que algumas ações elencadas pelo IF Sertão PE (2018b), a exemplo da regularidade no pagamento de auxílios, realização de atividades educacionais de saúde, ações sistêmicas de orientações educacionais, reestruturação do serviço social do Campus e outras questões importantes são reconhecidas pelos gestores, os quais justificam que tais problemas decorrem principalmente do problema da limitação do recurso, conforme informações do Relatório Gestor 2017 a seguir:

Os fatores que dificultaram foram: recurso limitado que inviabiliza o atendimento da demanda real, assim como a falta de estrutura do Campus que não conta com refeitório e quadra poliesportiva, fator este que acarreta gasto na assistência estudantil que poderia ser melhor aplicado em outros auxílios. Ausência de um sistema informatizado nas inscrições dos editais de bolsas permanências; ausência de instrumentos de avaliação de saúde, além de insumos para primeiros socorros e suporte básico de vida; ausência de sistema de informações que sirva como registro e acompanhamento de saúde, possibilitando um acompanhamento multiprofissional de forma prática. Com relação ao trabalho desempenhado pela Assistente Social, uma das dificuldades encontradas se refere à precária rede socioassistencial do município, comprometendo o atendimento das demandas apresentadas pelos discentes e familiares, outro entrave diz respeito ao acompanhamento sistemático realizado ao discente, pois em razão da demanda ser grande não temos realizado na sua totalidade, priorizando os mais vulneráveis (IF SERTÃO PE, 2018b, p. 59-60).

288

Estas dificuldades apresentadas vão se perpetuando ao longo dos anos e são percebidas pelos discentes, visto que, em relação à quantidade de ações desenvolvidas pela política de assistência estudantil, 71,4% dos beneficiários responderam que o quantitativo de ações é considerado insuficiente, conforme gráfico 2:

Gráfico 2 – Percepção sobre a suficiência da política de AE



Fonte: Elaboração própria (2018) com base nos dados do questionário.

Os dados trazidos pelos questionários demonstram que 74,5% participam exclusivamente dos programas relacionados à AE. Isto é, apenas 25,5% estão sendo beneficiados por outros programas institucionais, a saber: iniciação científica (14,6%), extensão (5,1%) e iniciação à docência (5,8%). Essas estatísticas revelam uma alta dependência dos discentes pelas ações e recursos orçamentários voltados para AE, o que torna uma política imprescindível na permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica do IF SERTÃO PE.

É possível afirmar que a condição socioeconômica do discente é fator primordial revelado nas entrevistas, enfatizando o auxílio financeiro como sendo crucial para permanência na instituição. O quantitativo do questionário ratifica essa premissa, já que 86,4% afirmam que os auxílios recebidos são a única fonte de renda para se manter na instituição, embora Assis *et al.* (2013) compreendam que a assistência estudantil precisa considerar outros fatores, de ordem familiar, cultural, étnica, entre outros, além do fornecimento de um valor pecuniário e assistencialista. Como ratificado por Taufick (2014), a formação do aluno na instituição não está unicamente relacionada às questões financeiras, o discente é um ser social que necessita de atenção em aspectos sociais, pedagógicos, familiares e psicológicos, nos quais se tornam variáveis determinantes para seu desempenho, características de grande valia para sua formação.

289

Os auxílios que são ofertados estão em consonância com os parâmetros presentes no Decreto 7.234/2010, como moradia, transporte e alimentação. No entanto, compreende-se que as ações da AE estão relacionadas com outros fatores, como o desempenho da equipe multiprofissional (composta por assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, nutricionistas, médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos e outros profissionais), do apoio familiar, dos docentes e da própria sociedade civil em geral.

4.2. Percepção dos desafios e possibilidades para as Políticas de Assistência Estudantil do IF SERTÃO PE

Foram identificados os desafios que norteiam a implementação das políticas para a permanência dos discentes do Ensino Superior, descrevendo a partir disso, propostas na tentativa de mitigar e/ou solucionar os problemas nos quais dificultam

as ações da AE do IF Sertão PE. Um dos principais desafios mapeados foi a quantidade de profissionais e serviços insuficientes no setor de AE, principalmente na área de saúde, conforme se observa no seguinte relato, quando afirma que:

O único setor que a gente vê funcionar mesmo é o pedagógico, no caso do ensino superior a gente não tem muito acesso a questão de enfermagem, psicólogo... a gente não tem acesso de forma alguma. (D9 - C5).

A percepção trazida por outro discente reflete e reafirma a necessidade que há de ampliação do quadro de pessoal da AE, segundo a descrição que segue:

Então a gente tem uma nutricionista, acredito eu, que ela não consegue atender todos os alunos, justamente por só ter uma profissional, então assim eu acho que a quantidade de profissionais é muito pequena. (D2 - C2).

290 Os Relatórios Anuais da Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil (DPAE) de 2017 e 2018 sinalizaram a ausência de algumas funções que compõem a equipe multiprofissional da assistência ao estudante em todos os *campi* do Instituto, dentre as quais assistente social, nutricionista, psicólogo e enfermeiro (IF SERTÃO PE, 2018a; 2019b). Com isso, a proposta para o desafio supracitado poderia ser aumentar a quantidade de profissionais do setor de saúde, a fim de atender os alunos nos turnos de funcionamento da instituição, garantindo continuidade dos serviços de assistência ao educando.

A dificuldade que os discentes possuem em relação à locomoção até os *campi* do IF SERTÃO PE, é considerada um desafio enfrentado por aqueles que moram distantes da instituição, realidade da grande maioria que depende dos transportes públicos, como pode ser identificado no relato:

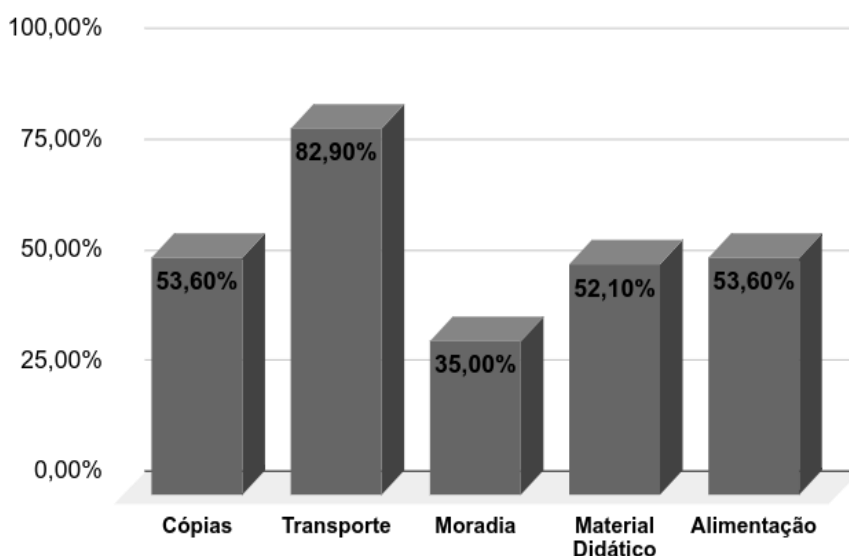
Eu sou aluna aqui do campus, mas moro a uns 40 minutos à 1 hora daqui, então assim foi muito difícil manter um contato com os transportes públicos da cidade com o instituto. A gente aqui não tem auxílio transporte, então tinha que conseguir carro ou vão de outra forma, então foi necessário ir atrás da própria prefeitura do município para conseguir chegar ao instituto. Eu acredito que isso deveria ser olhado com mais cuidado com relação ao instituto, por muitas vezes os alunos possuem uma dificuldade um pouco maior para chegar ao instituto. (D8 -C6).

Diante dos relatos, foi possível identificar que a maioria dos discentes

entrevistados recebe dentre outros, o auxílio transporte, já que não residem próximos a instituições. As estatísticas também confirmam essa assertiva, as quais revelam que 74,3% dos respondentes possuem naturalidade distinta do Campus onde frequentam as aulas.

No intuito de cursar a graduação, observa-se que diversos alunos são oriundos de outras localidades distintas do Instituto, geralmente deixando de residir em sua cidade natal para estar nas proximidades do Campus. Há aqueles que moram no mesmo município onde estudam, entretanto, suas residências estão localizadas distantes da instituição. Nesse aspecto, um dos maiores desafios é a necessidade de se locomover até o polo de ensino, como demonstrado no gráfico 3 a seguir, 82,9% dos atendidos pelas políticas de AE possuem maiores despesas com transporte. Vale ressaltar que os participantes poderiam escolher mais de uma alternativa haja vista a quantidade de despesas a ser custeadas durante a formação.

Gráfico 3 - Despesas custeadas pelos discentes



Fonte: Elaboração própria (2018) com base nos dados do questionário.

Sendo o fator supracitado mais relevante que acaba transgredindo o tempo gasto com a locomoção, pois envolvem aspectos relacionados às condições financeiras para arcar com as passagens, considerando aqueles que precisam de mais de um transporte público por dia para ter acesso ao Instituto. Devido a essa dificuldade, vários discentes são motivados a deixarem suas casas para morar mais próximo da instituição, como é possível perceber no seguinte relato:

Sou de Rajada, mas devido o tempo de viagem entre Rajada e Petrolina que dura em cerca uma hora, me mudei para Petrolina para pode facilitar minha ida e volta para o IF. (D1 - C1).

Os benefícios ofertados aos estudantes possuem valores distintos e são ofertados para aqueles que comprovam a necessidade de receber determinados subsídios. Apontado pela maioria dos atendidos como insuficiente:

Eu era da zona rural, e a gente veio para a cidade, então não chega o quantitativo que é dado do auxílio às vezes não chega a cobrir as despesas, seja na questão pessoal, de gastos pessoais e na questão de gastos para o curso. (D9 - C5).

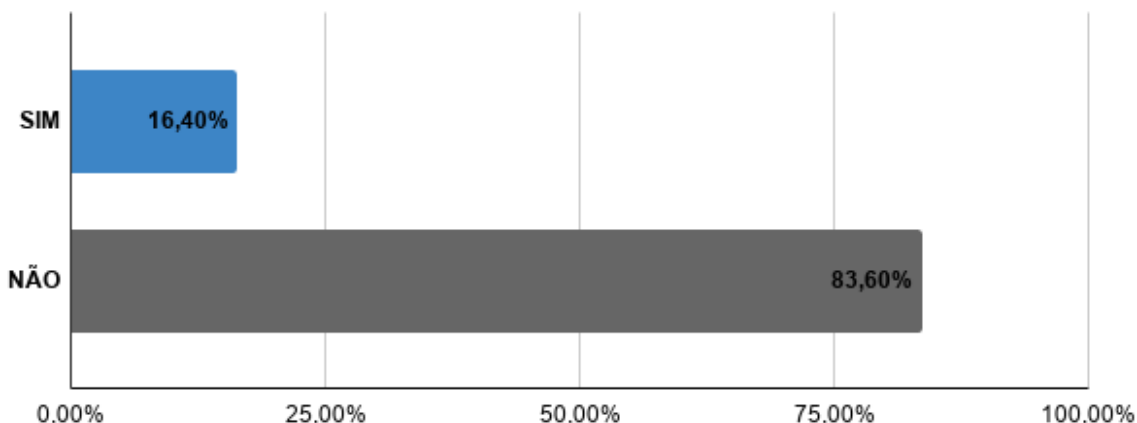
A partir das percepções dos discentes que foram descritas, uma alternativa para este problema, talvez a mais ideal, seria o fornecimento de transporte próprio da Instituição. Essa ação demonstra um “ganho” social, uma vez que outra instituição federal de ensino da região adota essa medida de frota própria, diante do contexto de mobilidade local.

292 Um outro ponto explicitado foi a necessidade de uma avaliação quanto ao valor dos recursos ofertados aos discentes frente às realidades distintas que cada *Campus* instalado tem, conforme ilustra o relato a seguir:

O suficiente não é, até mesmo porque o custo de vida aqui no Campus é elevado. Já é uma grande ajuda, mas não é suficiente para pagar todos os gastos. (D10 - C3).

Como alternativa de garantir que os discentes tenham condições de se manter plenamente durante a graduação, as falas evidenciam a necessidade de mensurar os gastos de acordo com o contexto da localidade, para disponibilizar os valores dos auxílios. Borsato e Alves (2015) ressaltam a relevância de considerar o contexto na implementação das políticas de assistência estudantil dado à complexidade justificada pela falta de uniformidade das ações e diante dos desafios enfrentados pelos atores sociais. Neste sentido, o gráfico 4 demonstra que 83,6% dos discentes afirmaram que os valores dos auxílios são insuficientes para custear os gastos que possuem com a formação acadêmica:

Gráfico 4 – Suficiência dos valores destinado aos auxílios



Fonte: Elaboração própria (2018) com base nos dados do questionário.

Por outro lado, com relação à avaliação geral das políticas e programas de assistência estudantil do IF SERTÃO PE, foi identificado que 5,7% definiram como ótimo, 44,3% bom, 42,9% regular, 5,7% ruim e 1,4% péssimo. Neste ponto específico, entende-se que há um equilíbrio quando ao analisar e comparar os percentuais entre bom e regular. O índice total de ruim e péssimo não ultrapassa 7,1%, o que pode sinalizar uma percepção positiva da AE no Instituto.

293

Outro fator citado pelos discentes, trata-se da necessidade de maior acompanhamento e fiscalização dos atendidos pela Bolsa Permanência, uma vez que após a concessão da bolsa, a frequência e rendimento dos atendidos não são acompanhados, permitindo fraudes durante a seleção, como pode inferir na fala a seguir:

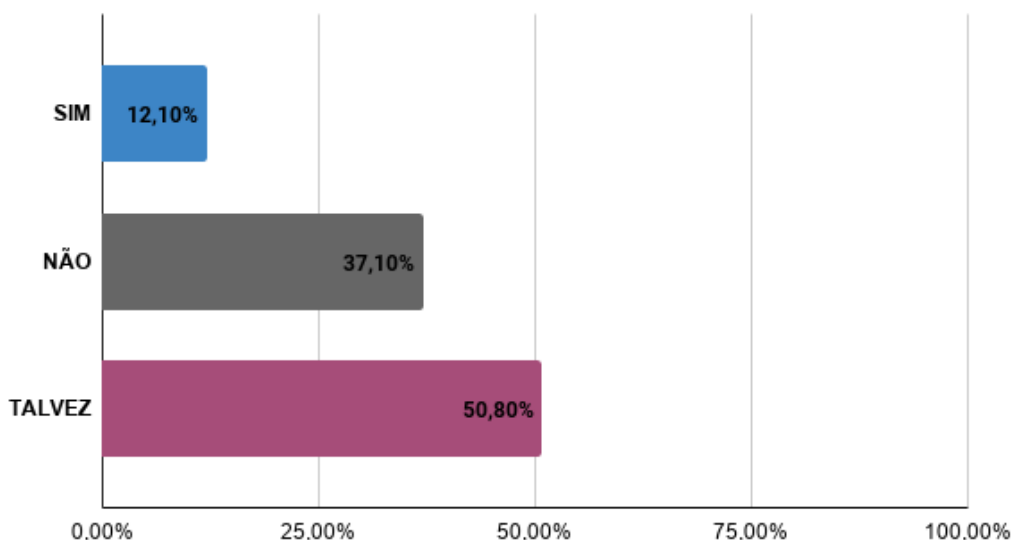
O instituto aqui tem um grande fluxo de alunos descendentes de quilombola e indígena, o que acontece, pelo grande fluxo desses alunos a gente aqui não teve direito a bolsa permanência de baixa renda[...] eu achei a conhecer alunos que falsificavam documentos para receber, deixavam de trabalhar para entrar no instituto e conseguir essas bolsas e frequentavam a instituição da forma que queriam[...] e eu conhecia alunos que faltavam e reprovaram matérias e continuavam a receber a bolsa normalmente, enquanto outros alunos que realmente precisavam e frequentavam corretamente e não reprovava e não recebiam nenhum desses auxílios. (D8 - C6).

De modo a evitar e solucionar fraudes decorrentes da falta de fiscalização, a medida sugerida a fim de tornar o serviço ofertado pela AE na instituição, é a contratação de profissionais responsáveis e/ou um sistema para averiguar as informações durante a seleção dos inscritos e acompanhamento periódico dos contemplados pelas bolsas e auxílios, com vistas a um melhor rendimento e êxito na

formação.

As percepções dos discentes envolvidos nas entrevistas, assim como aqueles que responderam ao questionário de pesquisa, relataram que ainda há muitos problemas que tange a política de AE desenvolvida nos *campi* do IF SERTÃO PE. Dentre os quais, explicitaram a importância de serem ouvidos, pois vivenciam a realidade enfrentada em seus respectivos *campi*, e sabem o real impacto proporcionado por essa política na sua formação. No gráfico 5 abaixo, 50,8% dos discentes responderam que talvez sua permanência não seria possível se não houvessem as políticas de permanência para garantir melhores condições de concluírem sua formação acadêmica, enquanto 37,10% não permaneceriam sem essas políticas.

Gráfico 5 - Permanência na instituição sem as políticas de permanência



Fonte: Elaboração própria (2018) com base nos dados do questionário.

A partir das respostas dos envolvidos na pesquisa, as dificuldades foram identificadas por aqueles que necessitam de mecanismos que favoreçam a sua participação efetiva na sua formação acadêmica. Dentro desta perspectiva, eventos como o Fórum Discente de Assistência Estudantil do IF SERTÃO-PE (2017), com participação de representações estudantis de todos os *Campi*, parecem fomentar o protagonismo estudantil, favorecendo maior compreensão das dinâmicas de construção de políticas públicas voltadas para a assistência estudantil e mais engajamento dos estudantes no acompanhamento da postura institucional frente a importantes questões, tais como: movimento estudantil, protagonismo acadêmico,

orçamento e administração de recursos, iniciação científica e extensão, atendimento ao estudante, inclusão e diversidade. Em 2017, por exemplo, o evento culminou no levantamento de demandas que foram reportadas aos setores estratégicos da instituição, rendendo um feedback em 2018, com resultados do que foi atendido, do que estava em andamento e do que não foi atendido, pelos motivos expostos para a comunidade.

Um fator considerado fundamental durante a identificação e solução dos problemas evidenciados pelos estudantes participantes deste estudo foi a necessidade de uma maior participação do público-alvo no desenvolvimento e manutenção das políticas de AE, conforme orientado na literatura de Taufick (2014); Lima e Ferreira (2016); Imperatori (2017); Lima e Davel (2017); Lima e Mendes (2020). Sendo válido, portanto, fomentar cada vez mais as ações integradas entre estudantes e setores estratégicos institucionais, seja por meio de eventos ou outros mecanismos, a fim de assegurar que as decisões sobre políticas de AE levem a marca do pensamento e das necessidades dos principais interessados na questão, ou seja, os próprios estudantes.

295

5. Considerações Finais

A criação dos Institutos Federais de Educação permitiu a ampliação do ensino ofertado pela Rede Federal, que possui estudantes em todas as modalidades de ensino, inclusive no nível superior. É possível afirmar que o acesso ao ensino superior foi expandido, democratizado e interiorizado para diversas localidades do Brasil. Contudo, a manutenção dos discentes durante a graduação se vincula às políticas públicas que proporcionem a continuação até o seu egresso.

Com esse desenvolvimento do ensino superior, os espaços universitários aumentaram a participação dos discentes de “baixa renda”, em vulnerabilidade socioeconômica, que necessitam de apoio para se manter durante sua formação. As dificuldades apresentadas, ao analisar a percepção dos discentes do IF Sertão PE, evidenciam a importância das políticas de assistência estudantil para a permanência dos discentes na busca de condições ideais de sua formação de maneira qualificada.

O conhecimento mediano sobre a finalidade da assistência estudantil, a insuficiência do valor dos auxílios e a dependência pecuniária dos auxílios foram

fortemente constatados com as inferências das estatísticas e relatos dos discentes. Outros dados analisados através do presente estudo podem também corroborar que a permanência dos discentes está altamente relacionada à implementação das políticas e programas de assistência estudantil. No que tange aos desafios de infraestrutura, pessoal, comunicação, ausência de planejamento, acompanhamento e fiscalização, constata-se que são os mais presentes e inerentes às políticas de assistência ao discente.

Mesmo tendo um percentual considerável em relação a avaliação geral das políticas, os desafios, dependência financeira dos auxílios e problemas expostos demonstram a necessidade de um olhar mais empírico sobre essa temática. Então, espera-se que os principais resultados desta pesquisa contribuam nas ações das políticas de assistência estudantil, visando torná-las mais efetivas, já que foram acessadas com objetivo de analisar as percepções do público-alvo.

Dessa forma, pela sistemática desta pesquisa, os impactos podem ser de suma relevância para os estudiosos da área e os atores sociais, a saber: formuladores de políticas e programas governo, gestores, docentes, implementadores de políticas e programas de permanência estudantil, discentes e comunidade do IF SERTÃO PE. No entanto, nota-se que não houve um esgotamento da temática, uma vez que o PNAES ainda é um política relativamente recente e precisa ser investigada em outras realidades institucionais a fim de especificar as problemáticas de cada contexto.

6. Referências

ASSIS, A. C. L.; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A.; MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 6, n.4, p. 125-146, dez. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BORSATO, F. P.; ALVES, J. M. Student Assistance in Higher Education in Brazil. **Procedia: Social and Behavioral Sciences**, v. 174, n. 1, p. 1542-1549, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Decreto Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 abr. 2007a.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa**. Brasília, DF, 13 dez. 2007b.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União, Brasília**, DF, 30 dez. 2008.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 jul. 2010.

CRESWELL, J.W.; PLANO CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

297 DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, nov./dez. 2016.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Brasília: ANDIFES. – UFU, PROEX, 2012.

GUBA, G. E.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Tradução de Beth Honorato. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IF SERTÃO PE. RESOLUÇÃO Nº 36 DO CONSELHO SUPERIOR, DE 31 DE JULHO DE 2019. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023**. Petrolina: IF SERTÃO PE, 2019a. Disponível em: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Consup/2019/Resolucao%20n%2036.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Programa de Monitoramento e Avaliação da Assistência Estudantil – IF**

SERTÃO-PE. DPAE – Departamento de Políticas de Assistência Estudantil. Petrolina: IF SERTÃO PE, [s.d.].

_____. **Relatório Anual da DPAE - Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil do IF Sertão-PE - 2017.** IF SERTÃO, 2018a. Disponível em: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Reitoria/DPAE/Relatorio%202017%20das%20Aes%20DPAE.doc>. Acesso em: 18 mar. 2020.

_____. **Relatório Anual da DPAE - Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil do IF Sertão-PE - 2018.** IF SERTÃO, 2019b. Disponível em: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Reitoria/DPAE/Relatorio%202018%20das%20Aes%20DPAE.doc>. Acesso em: 29 ago. 2020.

_____. **Relatório de Gestão 2017.** Petrolina: IF SERTÃO PE, 2018b. Disponível em: <https://www.ifsertao-pe.edu.br/images/Consup/2018/relatorio-gestor.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

_____. **Relatório do I Fórum Discente de Assistência Estudantil.** Petrolina: IF SERTÃO, 2017.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.** [online]. São Paulo, n.129, p.285-303, maio/ago. 2017.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais:** uma introdução aos conceitos e técnicas. 1. ed. Campinas: Editora Alínea, 2016.

KOWALSKY, A. V. **Os (des) Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos.** 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA; W. A. S.; FERREIRA, L. C. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 116-148, maio 2016.

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Estratégias de Implementação de Políticas de Assistência Estudantil: Experiência da Linha de Frente em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, 2 ago. 2017.

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 199-218, abr. 2020.

OLIVEIRA, A. F. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: _____. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas.** Goiânia: PUC Goiás, 2010.

ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H.E. **Evaluation: A Systematic Approach.** 7. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2004.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SETUBAL, M. A. Com a palavra... **Consulex**. Ano XVI. N; 382. 15 de dezembro de 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TAUFICK, A. L. O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**. v. 30, n. 1, p. 181-201, 2014.

VARGAS, M L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 16, n. 1, p. 149-163, 2011.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional De Assistência Estudantil: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da Educação Superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, dez., 2010.

WEISS, C. H. Have we learned anything new about the use of evaluation? **American Journal of Evaluation**, v. 19, n. 1, p. 21-34, 1998.

299 YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

I entered in Higher Education, and now? Student Perception regarding student assistance policies

Wandilson Alisson Silva Lima
Larissa Milena Sousa Alves
Danilo Crisóstomo da Silva Canela

Abstract: The research's goal is to analyze the perception of students in socioeconomic vulnerability served from the student assistance policies in higher education of the Instituto Federal do Sertão Pernambucano. The methodological nature of the research is descriptive-exploratory, with the characteristics of quantitative and qualitative data. A single case study was carried out in the Institute, through analysis of institutional documents, application of 154 questionnaires and 19 semi-structured interviews. It was analyzed that the main challenges inherent in student assistance policies are centered: infrastructure, personnel, communication, lack of planning, monitoring and supervision. The existence of aid in the different areas, which despite contributing to academic expenses, is still insufficient for most of them. It is hoped that the main results of this research contribute positively to the actions of student assistance policies, aiming to make them more effective.

Keywords: student assistance; higher education; public policy.

Ingresé a Educación Superior, ¿y ahora qué? Percepción de los estudiantes sobre las políticas de asistencia al estudiante

Wandilson Alisson Silva Lima
Larissa Milena Sousa Alves
Danilo Crisóstomo da Silva Canela

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar la percepción de los estudiantes en vulnerabilidad socioeconómica desde las políticas de asistencia al estudiante en la educación superior del Instituto Federal do Sertão Pernambucano. El carácter metodológico de la investigación es descriptivo-exploratorio, con carácter de datos cuantitativos y cualitativos. En Instituto se realizó un estudio de caso único, mediante análisis de documentos institucionales, aplicación de 154 cuestionarios y 19 entrevistas semiestructuradas. Se analizó que los principales desafíos inherentes a las políticas de atención al estudiante se centran: infraestructura, personal, comunicación, falta de planificación, seguimiento e inspección. La existencia de ayudas en los diferentes ámbitos que, a pesar de contribuir a los gastos académicos, para la mayoría sigue siendo insuficiente. Se espera que los principales resultados de esta investigación contribuyan positivamente a las acciones de las políticas de atención al estudiante, con el objetivo de hacerlas más efectivas.

Palabras-clave: asistencia al estudiante; enseñanza superior; políticas públicas.

Recebido em 5 de setembro de 2020
Aprovado em 1 de julho de 2021